

12ª edição



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DF
DI

L • E • T • R • A • S

SUPLEMENTO CULTURAL ANO I Nº 12 Brasília, 30 de junho de 1994

**Idéias,
Imagens,
palavras**



Encarte especial
Os poetas
Felipe

FOTONOVELAS

Grande Hotel apresenta

PAOLO CARLINI

"O CONDE DE MONTE-CRISTO"

Baseado no romance homônimo de ALEXANDRE DUMAS. — Redução e encenação de L. GENI.

Interpretados por: Edmundo Dantes, Mercedes, Fernando, Joaquim De Villefort, Alade Faria

PAOLO CARLINI, FABIANA SERRA, CARLO GIUFFRÉ, LOUIS GAFFORI, DINO PERETTI, ALDO ALLEGRAZZA

Direção de SIRIO MAGNI. — Diretora de produção: ARMIDA TENCALLA. — Secretário de produção: GINO FANANO. — Fotografia: A. DOMINGO. — Cenografia: TONY CAMATTA. — Maquiagem: GRAZIA IRENE. — Cabeleireiro: L. DEJONG. — Vestuário: WERTHER.

PRODUÇÃO UNIVERSO

Exemplo de uma "superprodução" em fotonovelas: nota-se o cuidado de detalhar a ficha técnica. Inclusive o profissional que realizou a redução do romance é destacado.

(Grande Hotel, nº 752, 2/1/1962)

Indústria do Amor

Wilson Rossato

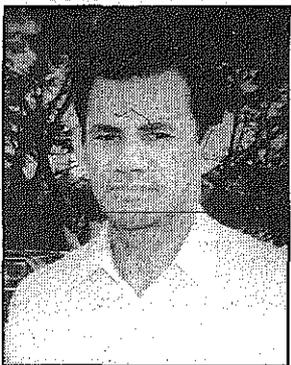
É comum encontrarmos nos jornais e livros, artigos e textos sobre a História em Quadrinhos (HQ). A HQ é largamente estudada e pensada no mundo, fruto do seu reconhecimento cultural como fenômeno da indústria de massa. Uma ampla literatura enfoca a linguagem do balãozinho e o conteúdo de suas mensagens.

O que não acontece com a fotonovela, também uma forma de narrativa em quadrinhos. Existe um clima de desprezo e ironia em torno desse meio de expressão, que já foi o responsável sobre o imaginário de milhões de leitoras (as mulheres sempre foram, predominantemente, as grandes consumidoras do gênero) e que os "críticos" costumavam dizer que é a repetição cansativa das mesmas histórias, o que não é totalmente verdade, pois foram desenvolvidos, nas fotonovelas, os temas mais diversos como a guerra do Vietnã, hippies e assassinatos famosos. O que acontece é que essa diversidade sempre tem como tratamento integrador uma "história de amor", o que torna as fotonovelas tão iguais.

A fotonovela nasceu como um subproduto do ci-

nema. Na Itália, depois da Segunda Guerra Mundial, o sucesso do cinema e as dificuldades econômicas que impediam uma produção e difusão maior da arte fizeram surgir revistas com resumos de filmes. Uma das formas mais popularizadas de apresentação dos resumos era o cine-romance, composto da escolha das fotos do filme e de texto sucinto. Os editores italianos começaram a fazer cine-romance sem cinema.

Em março de 1947, apareceram as primeiras fotonovelas na revista **Sogno** (Editora Rizzoli) e tratava-se de narrar histórias, geralmente em capítulos, utilizando fotos e textos. O interesse de comercialização foi pouco a pouco determinando e padronizando o conteúdo. E o que era uma experiência de linguagem (o cine-romance) transformou-se num produto industrial, reproduzido em série. A fotonovela alcançou a França em 1949, na revista **Festival**, e em seguida a produção começou a ser exportada para os países de língua francesa e depois para a América Latina e África do Norte. Controlada por grupos italianos, a penetração da fotonovela no mundo



Gilson Araújo - PP

Mudança de livro nas escolas

A mudança de livros nas escolas virou um selvagem comércio, nocivo à família brasiliense e fonte de enriquecimento de editoras. Com o objetivo de mudar esta situação, o deputado Gilson Araújo (PP) apresentou, à Câmara Legislativa, o Projeto de Lei nº 1355/94, para regularizar o comércio de livros didáticos no Distrito Federal. Pelo projeto, as escolas de 1º e 2º Graus da rede pública de ensino do DF somente poderão mudar os

livros didáticos a cada quatro anos. Isso permitirá a reutilização dos livros pelos alunos em anos subsequentes, implicando em redução substancial dos gastos familiares com material escolar, já que o livro é um dos itens mais caros na educação, e sua aquisição passou a constituir um verdadeiro transtorno no orçamento familiar. "As famílias de baixa renda são, evidentemente, as mais sacrificadas", ressalta o deputado Gilson Araújo.

O projeto retorna o sistema que houve na década de 1970, quando se utilizava o mesmo livro por mais de 10 anos. "Hoje, os livros são utilizados apenas por um ano, tornando-os objeto de especulação comercial", salienta o parlamentar. "O Projeto de Lei Nº 1355/94 já está nas comissões e queremos que em 1995 o livro do irmão mais velho seja usado pelo mais novo, e que as escolas não obriguem mais os alunos a comprarem novos livros a cada ano", finaliza o deputado.

